

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3.

A Companhia tem por objeto social: a) prestar e executar serviços de telecomunicações e de radiodifusão de qualquer natureza, em todo o território nacional, mediante autorização, concessão e/ou permissão do Governo Federal, englobando os serviços de comunicação através de quaisquer plataformas tecnológicas de transmissão existentes e/ou que venham a ser criadas e desenvolvidas; b) prestar serviços de transporte de imagens, voz, áudio, vídeo, dados e Internet em alta velocidade; c) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, o treinamento, a atualização e a reciclagem profissional de mão de obra; d) promover, através da utilização de satélites e sistemas de apoio, a educação continuada a longa distância em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de instrução; e) distribuir e comercializar sinais de canais de televisão por assinatura, próprios ou de terceiros; f) prestar serviços de educação continuada ou permanente à distância; g) prestar serviços de cursos de extensão e treinamento gerencial e profissional; h) promover e organizar seminários, congressos, simpósios e afins; i) criar, produzir, fornecer e comercializar programas, produtos e programação audiovisuais, bem como todo tipo de material de apoio na modalidade a distância; j) veicular propaganda e publicidade em todas as suas formas e modalidades, nos canais Dtcom; k) prestar serviços de assessoria e consultoria relativos aos objetos definidos neste Estatuto, inclusive e-learning e ensino a distância; l) desenvolver sistemas de automação industrial e de escritórios; m) prestar serviços de processamento de dados; n) comercializar equipamentos e softwares; o) participar no capital de outras Sociedades; p) prestar serviços de implantação e operação de sistemas de vídeo conferência, integradas à plataforma de satélite.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 5.896 (2018 - R\$ 10.523) e passivo circulante de R\$ 9.830 (2018 - R\$ 7.177).

Foram renegociados contratos com fornecedores e realizadas ações de melhoria na gestão e redução de gastos. A administração vem buscando alternativas de financiamentos com a finalidade de alongar o perfil da dívida e assim melhorar a relação entre passivo circulante e ativo circulante.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020, com o objetivo de fortalecer a Companhia e racionalizar a estrutura societária da mesma, deliberou-se a aprovação para realização de aumento de Capital Social dentro do limite do capital autorizado, sendo o aumento de capital no mínimo de R\$11.790.000,00 (onze milhões e setecentos e noventa mil reais) o máximo de 14.934.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais), a ser realizado mediante a emissão de no mínimo 3.000.000 (três milhão) de novas ações e no máximo 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritas ao preço unitário de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), sendo garantido a todos os acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas, nos termos da legislação aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A integralização será em moeda corrente nacional no ato da subscrição ou capitalização de créditos detidos por acionistas da Companhia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Os administradores entendem que o Aumento de Capital proporcionará à Companhia, além do reforço de sua estrutura de capital, o financiamento de sua estratégia de crescimento.

O aumento de capital se destina à redução do endividamento da Companhia, mediante conversão dos mútuos para pagamento de subscrição de ações desta emissão, sendo que os recursos eventualmente auferidos com a integralização, em dinheiro, de ações emitidas neste aumento de capital serão utilizados pela Companhia para reforçar o caixa.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A Companhia aumentou sua estrutura comercial em 2019 e essa medida trouxe novos contratos que aumentaram a carteira de pedidos para 2020. As projeções de resultado para o exercício seguinte vem sendo atingidas e até excedidas.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações Financeiras não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (*Leases*), equivalente ao CPC 06 (R2).

A Administração da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Mudança em práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2019 entraram em vigor os seguintes pronunciamentos:

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A Interpretação teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, que passou a contabilizar passivos de arrendamento, bem como seus bens e direitos de uso no Ativo Não Circulante.

b. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados pagamentos de principal e instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Financeira

pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a. Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação. A Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

b. Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e de acordo com as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Atualmente mais de 90% das operações estão concentradas no segmento Acadêmico, não havendo nenhum outro tipo de segmentação significativa. Deste modo, os resultados apresentados nesta demonstração financeira pertencem todos a este segmento. Portanto, a apresentação das informações por segmento, conforme o Pronunciamento Contábil CPC 22 - Informações por Segmento não tem aplicabilidade prática e não está sendo divulgada neste relatório.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Estimativas e julgamentos críticos

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

- Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“provisão para *impairment* do contas a receber”) (Nota 7);
- Recuperabilidade do acervo técnico (Nota 10).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4.2. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

4.4. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro pode ser classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

Redução ao valor recuperável (impairment)

vi. Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte piorarem significativamente, independente do número de dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

vii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

4.6. Impostos a recuperar

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

4.7. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

4.8. Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a companhia espera utilizá-lo.

4.9. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de “deemed cost” constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

4.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.12. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da

Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

4.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

4.14. Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota 15.

4.15. Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços). A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.16. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2019	2018
Total dos Empréstimos (Nota 11)	2.844	9.332
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(2.521)	(244)
Dívida líquida	<u>323</u>	<u>9.088</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>4.661</u>	<u>6.433</u>
Total do Capital	<u>4.984</u>	<u>15.521</u>
Índice de alavancagem financeira	6%	59%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Recursos em caixa e depósitos bancários	2.495	218
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	26	26
	2.521	244

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 514 (R\$ 7.294 em 31 de dezembro de 2018).

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e contabilizou a provisão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2019	2018
Públicos	4.466	1.600
Privados	1.869	6.187
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.450)	(493)
	4.885	7.294
Circulante	514	7.294
Não circulante	4.371	-
	4.885	7.294

O aumento do saldo no longo prazo se deve a valores a receber cobrados judicialmente, já ganhos pela Companhia, com emissão de um precatório em favor da Dtcom. O montante foi reclassificado para o ativo não circulante, tendo em vista que não há perspectiva de recebimento no curto prazo.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	2019	2018
A Vencer	210	4.908
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	339	707
31 a 60 dias	-	217
61 a 90 dias	-	15
90 a 180 dias	18	217
Mais de 180 dias	5.768	1.723
	6.335	7.787

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019 está demonstrada abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Saldo em 31.12.2017	487
Adições	163
Baixas	157
Saldo em 31.12.2018	493
Adições	957
Baixas	
Saldo em 31.12.2019	1.450

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas.

Do total de títulos vencidos há mais de 180 de R\$ 5.768, há precatório a receber do Estado de Sergipe no montante de R\$ 4.378 cujo direito e mérito de recebimento já foi julgado e favorável à Companhia. Pela fato do prazo de recebimento ser superior a 12 meses, o montante foi reclassificado para o ativo não circulante.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - ATIVO E PASSIVO

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

	2019	2018
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a restituir	1.106	679
ISS a restituir	665	516
Outros	20	16
	1.791	1.211

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2019	2018
Passivo - a recolher:		
Imposto de renda e contribuição social	2.485	1.798
Fust e Funttel	802	788
Pis e Cofins	393	69
Tributos estaduais	1.003	1.535
Tributos municipais	277	669
Parcelamento INSS	3.229	1.933
Parcelamento Pis e Cofins	1.757	1.286
Parcelamento IRRF	246	313
Parcelamento de tributos estaduais	311	
Parcelamento de tributos municipais	852	175
Outros	343	57
	11.698	8.623
Circulante	7.085	5.917
Não circulante	4.613	2.706
	11.698	8.623

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2019	2018
Valores a receber - Acionistas KOL	-	1.493
	-	1.493

A Dtcom possuía em seu balanço, em 31 de dezembro de 2018, valores a receber de acionistas. Esta quantia era oriunda da empresa KOL, que foi incorporada pela Dtcom em 2017. Em 2019, Companhia realizou uma análise da recuperabilidade destes saldos, e concluiu que não há expectativa de recebimento. Portanto, a quantia foi baixada e reconhecida no resultado do exercício como perda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



10. IMOBILIZADO

Custo	Taxa anual de amortização	2019			2018		
		Custo	Depreciação	Saldo contábil líquido	Custo	Depreciação	Saldo contábil líquido
Terrenos		930		930	930		930
Edificações	2% e 10%	1.267	(763)	504	1.267	(685)	582
Móveis e utensílios	10%	1.069	(910)	159	1.069	(861)	208
Equipamentos de som e imagem	10%	8.700	(8.320)	380	8.700	(8.096)	604
Equipamentos de recepção e transmissão	10%	11.929	(9.856)	2.073	11.929	(9.106)	2.823
Equipamentos de informática	10%	2.659	(2.474)	185	2.612	(2.409)	203
Outros itens		350	(310)	40	349	(302)	47
Bens e Direito de uso	10%	2.592	(749)	1.843			
		29.496	(23.382)	6.114	26.856	(21.459)	5.397

Movimentação do Imobilizado

Custo	2018 Custo	Adições	Baixas	2019 Custo
Terrenos	930	-	-	930
Edificações	1.267	-	-	1.267
Móveis e utensílios	1.069	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.700	-	-	8.700
Equipamentos de recepção e transmissão	11.928	1	-	11.929
Equipamentos de informática	2.612	47	-	2.659
Outros itens	349	1	-	350
Bens e Direito de Uso	-	2.592	-	2.592
	26.855	2.641	-	29.496
Depreciação	(21.458)	(1.924)	-	(23.382)
Total Imobilizado	5.397	717	-	6.114

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



a. Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2019	31.12.2018
Edificações	55	55
Móveis e utensílios	644	517
Equipamentos de som e imagem	6.471	6.452
Equipamentos de recepção e transmissão	4.607	4.046
Equipamentos de informática	2.148	2.092
Outros itens	346	272
	14.271	13.434

Em atendimento ao CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 01.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia.

11. INTANGÍVEL

Custo	Taxa anual de amortização	2019			2018		
		Custo	Amortização	Saldo contábil líquido	Custo	Amortização	Saldo contábil líquido
Software	10%	3.586	(1.472)	2.114	1.987	(1.413)	574
Acervo Técnico (i)	10%	12.478	(4.758)	7.720	9.613	(3.757)	5.856
Gastos com desenvolvimento de projetos	10%	1.352	(624)	728	624	(624)	-
Gastos administrativos e divulgação	5%	1.273	(1.098)	175	1.273	(1.098)	175
Outros itens		52	(4)	48	52	(4)	48
Intangível em andamento (ii)		1.642		1.642	6.479		6.479
		20.383	(7.956)	12.427	20.028	(6.896)	13.132

- (i) O acervo é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Produção

Na produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

- (ii) O intangível em andamento é composto, substancialmente, pela plataforma *Wayco*. Trata-se de um software desenvolvido internamente pela Companhia, que será utilizado para gestão do acervo técnico produtores de conteúdo e a Dtcom.

a. Movimentação do Intangível

	2018				2019
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Software	1.737	-	-	1.599	3.336
Programa ensino site	250	-	-	-	250
Acervo Técnico	9.613	265	-	2.600	12.478
Gastos com desenvolvimento de projetos	624	-	-	728	1.352
Gastos administrativos e divulgação	1.273	-	-	-	1.273
Outros itens	52	-	-	-	52
Intangível em andamento	6.479	90	-	(4.927)	1.642
	20.028	355	-	-	20.383
Amortização	(6.896)	(1.060)	-	-	(7.956)
Total Intangível	13.132	(705)	-	-	12.427

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 9. Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, foram elaborados os estudos econômicos de projeções de longo prazo demonstrando a ocorrência de benefícios futuros atribuíveis aos ativos da Companhia, incluindo os intangíveis.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo intangível da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	2019		2018	
			Não		Não	
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021	1.577	526	1.566	2.217
Banco Bradesco S.A. - Capital e Giro N ° 237/3645/2109	1,23% a.m	21/09/2021			628	1.111
Banco Renner	3,15% a.m	28/08/2021			395	608
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	246	369	753	82
BB Giro Flex	2,36% a.m	31/03/2019			108	
Cartão BNDS - KOL	1,00% a.m	31/03/2019				3
BNDS 600 - KOL	1,00% a.m	31/03/2019			2	12
<u>Saldo devedor da Conta Corrente:</u>						
Banco ABC Brasil S.A.	6,63% a.m	31/03/2019			609	
Credifiesc	1,00% a.m	31/03/2019			40	
Banco Daycoval	1,44% a.m	31/03/2019			699	
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
TV O Estado de Florianópolis		25/09/2020	126		270	
Contrato BNDES	11,76% a.a	31/03/2019			6	
Banco Daycoval	1,44% a.m	31/03/2019			193	
TV Cidade dos Príncipes		31/03/2019			30	
			1.949	895	5.299	4.033

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços.

A Companhia submeteu à aprovação do Conselho de Administração proposta de captação de recursos financeiros para: a) alongar o prazo de amortização do contrato de crédito celebrado em 30/06/2015 junto ao Banco ABC Brasil S.A.; b) Utilizar o saldo remanescente para fortalecimento do fluxo de caixa, conforme projeção financeira apresentada em reunião, para que a Companhia possa minimizar o desgaste que tem enfrentado perante seus fornecedores e permitir que a Companhia possa aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pelo Governo Federal.

Devido as medidas de controle de caixa e custos, a administração da Companhia em 2019 conseguiu reduzir sua dívida bancária, cujo saldo totalizava R\$ 2.844 em 31 de dezembro 2019 (9.332 em 31 de dezembro de 2018), representando uma redução de 70%.

b. Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



<u>Vencimentos</u>	<u>Consolidado</u>
2020	1.949
2021	818
2022	60
2023	17
	<u>2.844</u>

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel e aval dos membros do conselho de administração.

13. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo corresponde a R\$ 2.829 (R\$ 3.570 e 31 de dezembro de 2018).

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Dtcom é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados ainda não entregues é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo corresponde a R\$ 2.626.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é assim resumido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2019		Total	2018		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		50.589			43.351	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	50.589			43.351		
Base de cálculo	50.589	50.589		43.351	43.351	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	12.647	4.553	17.200	10.838	3.902	14.739
(-) Crédito tributário registrado	(13)	(5)	(18)	(15)	(6)	(21)
Crédito tributário potencial não registrado	12.634	4.548	17.182	10.823	3.896	14.718

16. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.090 mil (R\$ 55.090 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

b. Reserva de reavaliação e Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

d. Adiantamento para futuro aumento de capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), constituído em dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de 3.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



e. Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
(Prejuízo)/ lucro líquido do exercício	(10.863)	2.034
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	7.789	7.789
(Prejuízo)/ lucro por ação no final do período	(1,39)	0,26

	2019	2018
(Prejuízo)/ lucro atribuível a detentores de ações ordinárias - prejuízo básico e diluído por ação	(10.235)	1.916
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.339	7.339
(Prejuízo)/ lucro básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(1.394,54)	261,12
(Prejuízo)/ lucro atribuível a detentores de ações preferenciais - prejuízo básico e diluído por ação	(628)	118
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450	450
(Prejuízo)/ lucro básico e diluído por lote de mil ações em R\$	(1.396,62)	261,50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	143	1.919
. Prestação de serviços	15.397	17.917
. Outras receitas	-	-
Total das Receitas Operacionais	15.540	19.836
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre as vendas	(1.754)	(2.301)
. Receita a Realizar Diferida	(2.158)	-
Total das Deduções	(3.912)	(2.301)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	11.628	17.535

Em 2019 a companhia teve queda em suas receitas, devido à finalização de contratos significativos com clientes, tendo havido um menor volume de entrega de serviços.

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(4.416)	(2.082)
. Produção de conteúdo/gravação	(3.823)	(1.537)
. Depreciações e amortizações	(2.186)	(1.526)
. Serviços de terceiros	(391)	(495)
. Serviços de terceiros com transmissão	(313)	(1.007)
. Energia elétrica	(131)	(137)
. Locação de satélite	-	(1.651)
. Outros custos	(10)	(22)
Total dos custos dos serviços prestados	(11.270)	(8.457)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

19. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2019	2018
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(1.638)	(770)
. Depreciações e amortizações	(738)	(118)
. Serviços de assessoria e consultoria	(496)	(595)
. Serviços de terceiros	(484)	(602)
. Despesas gerais	(430)	(395)
. Honorários da administração	(357)	(460)
. Impostos e taxas administrativas	(243)	
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>(4.386)</u>	<u>(2.940)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(962)	(19)
. Pessoal	(569)	(628)
. Serviços de assessoria e consultoria	(423)	(282)
. Serviços de terceiros	(142)	(182)
. Outras despesas	(33)	30
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>(2.129)</u>	<u>(1.081)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Ganho com parcelamento de impostos		1.102
. Perda no recebimento de partes relacionadas	(1.492)	
. Outras despesas	(162)	
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(1.654)</u>	<u>1.102</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(1.267)	(2.263)
Juros pagos ou incorridos	(1.269)	(732)
Multa dedutível	(792)	(476)
Outros	(67)	(291)
	<u>(3.395)</u>	<u>(3.762)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	15	26
Outros	328	275
	<u>343</u>	<u>301</u>
Resultado Financeiro	<u>(3.052)</u>	<u>(3.461)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Descrição	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	2.521	2.521
Contas a receber (1)	514	514
Fornecedores	(706)	(706)
Empréstimos e financiamentos (2)	(2.844)	(2.844)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma análise de provisão para perdas em créditos duvidosos.

ii. Risco de Liquidez

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento da Companhia está sujeito à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas. Por considerar que tais riscos não tenham impacto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Institucional

significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia, não houve a necessidade de demonstração de seus impactos no resultado e patrimônio líquido.

22. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	2019	2018
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	18.976	16.150
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro 2018, estão identificados a seguir:

	2019	2018
Ações Trabalhistas	76	70
	76	70

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionados valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

24. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2019 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200 mil para o exercício de 2019.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

- i. Pró-labore: remuneração nominal, parte fixa da remuneração, tem o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados e diferenciados no mercado. Constantemente a Companhia realiza pesquisa para averiguar a compatibilidade dos seus padrões de remuneração com as práticas de mercado;
- ii. Gratificação: é diretamente relacionado ao resultado anual obtido pela Companhia e aos resultados individuais obtidos nas metas específicas definidas para cada diretor estatutário, dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia, como objetivo recompensar o resultado do ano quando as metas estipuladas para o período são alcançadas, esta política tem o objetivo de alinhar os interesses dos executivos e da Companhia; e
- iii. Benefícios: Os Diretores também fazem jus aos benefícios oferecidos pela Companhia a todos os seus demais integrantes, como assistência médica, odontológica e alimentação. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos mesmos, compondo a remuneração total recebida.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Social

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

25. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - IFRS16 / CPC 06

Em atendimento a norma de Operações de arrendamento mercantil - IFRS 16 / CPC 06 (R2), a administração passou a reconhecer em 1º de janeiro de 2019 as operações de arrendamento que se enquadram no novo conceito, deixando de registrá-las como arrendamento operacional e passando a reconhecer seu direito de uso no ativo em contrapartida ao valor a pagar no passivo, descontados a valor presente.

Com esta nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de imóveis e satélites. A Companhia aplicou julgamento para os casos em que existe opção de renovação nos contratos, baseando-se em sua melhor expectativa. Essa avaliação afeta o prazo do arrendamento que impacta significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Estratégica

Na transição para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos não foram reavaliados.

O impacto identificado com a adoção da nova norma em 31 de dezembro de 2019 está assim demonstrado:

Contas contábeis	Em milhares de R\$
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	2.592
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	(555)
Outros passivos - Passivo circulante	(524)
Arrendamento - Passivo não circulante	(1.420)

A seguir, apresentaremos as movimentações dos arrendamentos da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Conforme apresentado 2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2)	Saldo e abertura ajustado 01/01/2019
Ativos			
Total dos ativos circulantes	10.523	-	10.523
Direito de uso - arrendamento Imóvel	-	2.592	2.592
Total dos ativos não circulantes	20.102	2.592	22.694
Total dos ativos	30.625	2.592	33.217
Passivos e patrimônio líquido			
Arrendamentos	-	767	767
Total dos passivos circulantes	17.015	767	17.782
Arrendamentos	-	1.989	1.989
Total do passivo não circulante	7.177	1.989	9.166
Prejuízos acumulados	(53.295)	(219)	(53.514)
Total do patrimônio líquido	6.433	(219)	6.214
Total dos passivos e patrimônio líquido	30.625	2.537	33.162

26. EVENTO SUBSEQUENTE

a. Aumento de capital

Em reunião do conselho de administração realizada em 25 de março de 2020 foi deliberado:

- Aprovar a conversão do saldo de mútuos para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizada em 31/12/2019;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



ii. Aprovar o aumento de capital social mediante emissão privada de 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, a serem subscritas ao preço unitário de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), perfazendo um montante de até 14.934.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais), com integralização no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou capitalização de créditos detidos por acionistas da Companhia na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. É assegurado aos atuais acionistas o direito de preferência na subscrição de novas ações na proporção de suas participações no capital social da companhia em 31/03/2020;

iii. O preço da emissão foi determinado com base no critério de cotação das ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), nos termos do artigo 170, § 1º, III da Lei das S.A., considerando o preço de fechamento das ações ordinárias da Companhia ("DTCY3") do período de janeiro 2019 a dezembro 2019; e

iv. Os acionistas poderão manifestar seu interesse na aquisição das ações objeto do presente aumento junto a Companhia ou em qualquer agência do Banco Bradesco S/A., ou ceder seus direitos de subscrição como previsto no art. 171 parágrafo 6º da Lei 6404/76. As novas ações terão os mesmos direitos e vantagens das ações atuais da mesma espécie e participarão integralmente dos dividendos referentes ao exercício social em curso na data da subscrição, que vierem a ser declarados. As sobras se houver, serão rateadas entre aqueles acionistas que manifestarem a opção no Boletim de Subscrição de Ações, na proporção dos valores subscritos. A subscrição das sobras deverá ocorrer dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao encerramento do prazo do exercício do direito de preferência, junto a Companhia ou em qualquer agência do Banco Bradesco S/A. Após o transcurso do prazo para subscrição das sobras acima estipulado, a Sociedade fará publicar novo Aviso aos Acionistas informando a quantidade de ações efetivamente subscritas. Em não havendo subscrição integral, terão os subscritores a faculdade de rever a sua decisão, retificando sua manifestação de vontade com relação à subscrição. Para tanto, os senhores subscritores terão o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do novo Aviso aos Acionistas acima mencionados, para dirigir-se a qualquer agência do banco Bradesco S/A e manifestar seu desejo de desistir da subscrição de ações.

Ao final da emissão, o Conselho de Administração deverá oportunamente submeter à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração dos artigos 5º, caput, e 7º, caput, do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado.

b. Impacto nas demonstrações financeiras relacionados a Pandemia de Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No decorrer de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Corona vírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars). A partir de então foi confirmada a transmissão entre pessoas sendo que o vírus se alastrou pela China e países da Ásia e a partir de fevereiro de 2020, Europa, África e Américas. As autoridades governamentais dos países incluindo do Brasil, impuseram medidas de restrição de circulação de pessoas entre países e dentro dos próprios territórios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
Divulgação

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir:

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;

CPC 24 – Evento Subsequente

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras;

CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e

CPC 48 – Instrumentos financeiros;

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações Financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID-19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas.

* *